



GRUPO PARLAMENTAR

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

99/10/1/21

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República

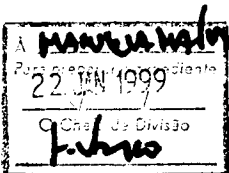
REQUERIMENTO Nº 327/VII(4.a) - AC

Através dos signatários do relatório que anexo, fui informada da forma como vem funcionando o Lar da Boa Vontade, sito em Carcavelos, e igualmente que o referido relatório fora remetido a V. Exa. em Outubro de 1998.

Naquele relatório são apresentadas irregularidades e falhas na gestão e no funcionamento daquela Instituição, nomeadamente no respeitante às prestações de cuidados diários aos utentes e aos programas pedagógicos.

Os factos denunciados revestem gravidade, pondo em causa não só o bom nome e prestígio da Instituição como, acima de tudo, o respeito pela dignidade dos utentes e pelos seus direitos como pessoas. O esclarecimento desta situação e a tomada de medidas consequentes tornam-se assim urgentes e indispensáveis.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais, solicito ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade ser informada sobre as seguintes questões:



1. Porque considero que o esclarecimento da situação apresentada no relatório em anexo, deverá passar pela intervenção da Inspeção Geral da Segurança Social, solicito ser informada se tal decisão foi tomada, e em caso afirmativo para quando se prevê a conclusão desta acção de fiscalização e a conseqüente tomada de medidas.
2. Em caso negativo, que medidas foram tomadas, considerando a gravidade e urgência da situação apresentada.

Assembleia da República, 21 de Janeiro de 1999

A Deputada



(Filomena Bordalo)

RELATÓRIO

- Eu, Helena Maria Correia de Sousa, licenciada em Serviço Social e José Carlos Marques Henriques, exercemos as funções de Directora Técnica e Chefe de Serviços há cerca de 7 meses na Instituição Lar da Boa Vontade (Lares Cheshire em Portugal) sito na Avenida do Loureiro, nº 251 - 2775 - Carcavelos.

Vimos desta forma denunciar uma situação para nós gravosa e insultuosa, de violação e atentado à dignidade e direitos daqueles que socialmente estão em desvantagem, e para a qual pedimos uma Inspeção dos Serviços competentes. Assim suplicamos a todos os organismos de legalidade que possam intervir neste caso, que dêem toda a atenção a este processo.

Esta Instituição é uma Instituição Privada de Solidariedade Social, tem origem na Fundação Cheshire Home (Inglesa) e surgiu à cerca de 35 anos (30 de Maio de 1963) com estatutos aprovados pela Direcção Geral de Assistência. É o único lar no País do género (em funcionamento) para deficientes adultos. Iniciou a sua actividade em Oeiras, depois em 1971 passou para Carcavelos, passando para as instalações onde está hoje em 1985 sito na Avenida do Loureiro, nº 251 - 2775 Carcavelos. Durante anos foi apoiada financeiramente pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e há cerca de 13 anos é financiada pelo Ministério do Emprego e Segurança Social. Segundo as ideias do fundador Leonard Cheshire, os objectivos dos lares Cheshire transcritos na "carta" da Fundação são:

- " A nossa missão é auxiliar, em todo o Mundo, as pessoas com deficiências, independentemente da sua cor, raça ou religião, e fornecer-lhes condições necessárias ao seu bem-estar físico, mental e espiritual.

Acreditamos que cada pessoa, qualquer que seja o seu tipo de deficiência, constitui um valor individual e único e que as pessoas com deficiência deveriam dispor da liberdade de poder lutar pelas suas aspirações e fazer parte integrante da sociedade.

O nosso propósito é oferecer a pessoas com deficiência:

- O reconhecimento indiscutível da plenitude dos seus direitos humanos
- Os mais elevados padrões de qualidade em todos os domínios de assistência quer por parte dos quadros permanentes quer dos voluntários;
- O apoio de uma organização virada para o futuro consciente e capaz de dar resposta às necessidades de quem recebe e de quem presta cuidados;
- A oportunidade de participar de uma maneira efectiva nos diversos aspectos do funcionamento da organização a todos os níveis;
- Participação num esforço permanente de ajuda aos outros, onde quer que seja necessário, no campo da deficiência. -"

Estes deveriam ser os princípios pelos quais esta Instituição se deveria reger, mas de facto isso não acontece. É de referir que no espaço de 2 anos, passaram por esta Instituição cerca de 5 pessoas para tentar dirigi-la acabando a Direcção por demiti-las

(nem sempre com formação adequada ao cargo). Sem termos conhecimento do passado desta Instituição ou até da sua imagem pública (visto sermos provenientes de Coimbra), assumimos a gerência executiva da mesma sem ter a mínima ideia com o que nos iríamos deparar.

Imediatamente após a tomada de posse, detectamos graves problemas que apresentava a Instituição, muitos deles de longa data. É de referir que logo nos foi transmitido a imagem negativa do lar, na comunidade local e regional e até mesmo através de organismos estatais.

Os problemas situavam-se a diversos níveis continuando actualmente a persistir pelas razões abaixo citadas. Traduzem-se globalmente nos seguintes pontos:

- **Cargos de Chefia Intermédia ocupados por pessoal de baixa formação pessoal e moral, com um desempenho muito abaixo do aceitável, sem qualquer grau de responsabilidade ou sentido ético. É de referir que a faixa etária ocupada por estas chefias situa-se entre os 50 e 60 anos**
- **Carência total de pessoal com qualquer tipo de formação humana e profissional para lidar com deficientes, principalmente a inexistência da visão de que o deficiente tem direito a uma vivência diária a nível bio-psico-social;**
- **Inexistência a nível do pessoal, de sensibilidade e ética aos problemas da vivência em Instituição, principalmente em lidar com grupos de pessoas em desvantagem, mostrando uma atitude de total indiferença perante as solicitações que lhe são feitas;**
- **Indisciplina, desresponsabilização e absentismo extremamente acentuado numa percentagem elevada de funcionários assim como desvios de comportamento social e profissional. Essa desresponsabilização existe de forma mais acentuada naqueles que prestam cuidados de vida diária;**
- **A quase inexistência de tolerância no relacionamento interpessoal de quem cuida, residentes e ainda entre estes;**
- **Uma gravosa desigualdade de tratamento para com os deficientes da parte dos funcionários e chefias, falta de verticalidade e neutralidade face às solicitações e problemas diários para com aqueles;**
- **A valorização de pequenas questões em detrimento de outras de fiabilidade racional;**
- **A falta de negociação e fiscalização dos bens a adquirir ou adquiridos, os gastos supelúlos e desresponsabilizados e o desaparecimento constante desses mesmos bens;**
- **Total desorganização de serviços, seu funcionamento e funções, demissão das mesmas quando questionados e fraquíssima competência quando são executadas;**

- **Carência de outros serviços importantes para o funcionamento regular de uma Instituição;**
- **Espaços físicos desaproveitados, com deficiente higiene e sem qualidade para uma vida digna;**

Perante tão graves problemas propusemos à Direcção medidas de reorganização e reestruturação que visavam o total rendimento de recursos humanos sem mais encargos financeiros, o total aproveitamento dos espaços existentes, o pleno funcionamento de todas as áreas de trabalho do lar, tendo como objectivo último, a total satisfação e qualidade de vida dos residentes deste lar que são os deficientes, e objectivo único e último para o qual foi criada esta Instituição. Estávamos conscientes das dificuldades inerentes a este processo que se afigurava de esforço titânico principalmente para nós chefias executivas e que só seria possível resolver com o completo consenso entre nós e a Direcção sob pena de todas as atitudes e orientações tomadas perderem qualquer vigor e credibilidade acabando por criar um grande desgaste psíquico fortemente prejudicial ao trabalho com consequências a curto e longo prazo ainda por verificar.

Após explanarmos as nossas ideias no imediato a Direcção do lar concordou elaborando inclusive um documento responsabilizando-nos por todas as mudanças inerentes a esse processo. É bom que se esclareça que na fase inicial (2/3 meses) pensávamos que o interesse da Direcção coincidia com o nosso – servir os deficientes e o lar nos objectivos atrás definidos. Rapidamente nos demos conta do nosso engano.

Nos primeiros 3 meses e a trabalhar cerca de 14/15 horas diárias elaboramos regulamentos internos, cerca de 25 documentos de serviço, todo o funcionamento da casa foi reestruturado assim como alguns espaços interiores. Fizemos desde logo contactos com a Junta de Freguesia, Câmara de Cascais, Governo Civil, Centro Regional de Segurança Social e variadíssimas Instituições e Empresas Privadas no sentido de nos darmos a conhecer, à Instituição, e os nossos propósitos. Com isto “abrimos muitas portas que estavam fechadas” conseguindo diversos apoios que na nossa perspectiva se iriam manter aquando da nossa continuidade nesta Instituição; e de referir que só verbas como donativos conseguimos desde Abril até à data cerca de 2080 contos para a Instituição.

Em Junho foi também apresentada uma avaliação do funcionamento do lar antes e após reestruturação em execução, entregue à direcção para discussão, mas apenas lhe foi feita uma breve referência numa reunião já no final de Agosto, referindo que toda a Direcção concordava com o que estava escrito. No entanto a Direcção foi sempre assumindo uma postura passiva e amorfa perante as nossas solicitações às questões que em cada reunião solicitávamos intervenção. Tentamos em todas as reuniões formais e informais entrar em consenso com os elementos da Direcção sobre todas as situações problemáticas. O que aconteceu regra geral e a partir do 3º mês de trabalho desenvolvido até à data foi de que, à revelia das decisões tomadas em reunião, com regularidade um elemento da Direcção (regida por afectos) desfazia as orientações tomadas pelas chefias executivas e já discutidas e aprovadas em reunião, não permitindo que as mesmas exercessem o conteúdo funcional para o qual foram contratados perdendo assim logo à partida toda a credibilidade. Tentou-se de todas as formas estabelecer uma relação de diálogo e transparência acerca do que se ia fazendo clarificando conflitos que foram surgindo e avaliando a actuação. Quando se pedia qualquer actuação por parte da Direcção esta foi

apresentado sempre um comportamento débil e completamente omisso em relação àquilo em que nós, chefias executivas apresentávamos passível de qualquer atitude por parte desta.

Em Julho do corrente ano, a Direcção foi convocada pela 1ª vez para uma reunião no Centro Regional de Segurança Social – Sub-Região de Cascais e para a qual convidou a Directora Técnica. A referida reunião teve como objectivo o de pedir o parecer da Direcção quanto à reestruturação que se estava a efectuar no lar assim como um parecer quanto ao desempenho das chefias. É de referir que desde o início da nossa prestação de serviços que nos demos a conhecer ao C.R.S.S. Sub-Região de Cascais e inclusive entregamos todos os documentos criados por nós (regulamentos internos, nota interna e.t.c.) Na referida reunião a Direcção mostrou-se concordante com o processo em curso, não mostrando insatisfação perante o trabalho que estava a decorrer. Apesar da sugestão dada pelos Técnicos de Serviço Social presentes na reunião, sobre o facto de que a Direcção tinha de se vincular ao processo de reestruturação em curso e por sua vez e perante os funcionários e utentes do lar, dar um voto de confiança às chefias, o que é facto é que isso não aconteceu.

A situação foi-se arrastando, com a interferência (nas horas de serviço) constante na tomada de atitudes, principalmente por parte de um dos elementos da Direcção (Vice-Presidente) criando um clima de tensão e descrença total da parte de deficientes e pessoal para connosco. É de referir que todas as actas das reuniões com a Direcção e à cerca de 4 meses a esta parte não nos foram entregues.

Nesta Instituição, tudo foi sempre gerido na base do amadorismo, vincado no poder de um elemento que tudo tem feito e concretizado sem dar explicações aos referidos membros, sejam assuntos de que ordem forem; tudo o que não seja do seu pleno acordo, não se faz ou se fizer, “nas nossas costas” e sem satisfações é desfeito, seja regra, execução, tarefa, principio ético ou até mesmo legislação aplicável (seja legislação geral ou legislação da P.R.T. do sector – I.P.S.S. Esta Direcção estatutariamente está ilegal, pois para além de conhecermos 5 elementos, apenas 3 deles reuniram connosco durante estes meses do nosso trabalho. Consideramos que toda esta Direcção é uma “farsa estatutária”, gerida por um “cérebro desligado” de toda a realidade funcional e da legalidade que deve imperar.

Ao longo do tempo e para além das situações já descritas que nos levantam suspeitas àcerca de interesses dúbios de parte da direcção e outros para com a Instituição fomos detectando outras irregularidades para além das acima citadas e que revelam também suspeita de ingerência dos subsídios provenientes da segurança social. Assim passamos a descrever essas situações .

- A sede da Instituição é nos escritórios das Empresas do Presidente da Direcção do lar, em Lisboa ao qual e até à data não tivemos acesso;
- Uma das Empresas das quais o Presidente é proprietário, presta serviços no lar (serviços de limpeza)
- A instalação feita à alguns meses do sistema de aquecimento, foi executada por uma empresa da Póvoa do Varzim, onde trabalha um familiar (filho) de um elemento da Direcção;
- Existem graves casos de negligência em termos de cuidados de vida diária e até mesmo questões de saúde em relação a alguns utentes;
- Grande ligeireza no que concerne ao tratamento, cuidados de saúde, direitos, assim como grande indiferença no que diz respeito a dignidade humana e auto - estima para com os deficientes por parte de parte dos funcionários;

Ingerência dos subsídios estatais traduzidas em:

1. Uma Auxiliar Social que refere que sabe “segredos comprometem a Instituição” e que de um mês para outro é-lhe aumentado cerca de 30 000\$00 no vencimento sem subir ou mudar de categoria profissional;
2. O caso de uma funcionária que se demitiu e a quem a Direcção pagou após a demissão e sem ter direito, 1 mês de salário (cerca de 90 000\$00) à reverteria das leis e sem minimamente se pensar nos cuidados a ter com a gestão dos dinheiros que em nosso entender deverão ser aplicados em prol dos residentes ou seus afins ;
3. Salários de há 4/5 anos de igual montante aos dos actuais chefias
4. A Auxiliar Social tem contas bancárias com residentes, uma das quais sofreu um A.V.C. assim como suspeitas (situações que se contam do passado) de que a mesma se poderá aproveitar desta situação; Segundo um elemento da comunidade, pede regularmente subsídios para a ajuda da compra de uma cadeira de rodas eléctrica para uma utente do lar que não tem conhecimento do facto;
5. Gastos excessivos em géneros alimentares sem sequer haver uma perfeita satisfação dos utentes, assim como falta de controle de quantidades chegando ao ponto da deterioração dos bens alimentares;
6. Pagamentos sem motivos justificativos a pessoas estranhas ao quadro funcional de dinheiros da Instituição e que , segundo sabemos têm a ver com o liquidar de eventuais dívidas a um membro da Direcção. Como tal a relação devedor-credor para além de suspeita é amortizada com os dinheiros da Instituição. Como se não basta-se, e tendo nós através de uma reunião conseguido sensibilizar os elementos da Direcção para as atitudes menos próprias desse elemento estranho à Instituição e tendo sido aprovado o seu afastamento, voltou o mesmo a puder usufruir desta “bagunça” através da sua colocação numa banca de uma feira cujo objectivo é angariar fundos tão necessários à Instituição, através da doação da comunidade local de diversos bens como roupas, calçado, e.t.c. Nesta feira é vulgar ficar com dinheiro, proveito das vendas, que seria receita para a Instituição;
7. Roubos regulares de bens do lar assim como géneros alimentares e aos quais a Direcção após lhe ser comunicado, demonstra indiferença não tomando qualquer atitude;

Centro de Actividades Ocupacionais – Este é um Centro criado pelo Decreto-Lei nº 18/89 de 11 de Janeiro e segundo o seu artigo nº 2 tem como objectivos.

- a) Estimular e facilitar o desenvolvimento possível das capacidades remanescentes das pessoas com deficiência grave;
- b) Facilitar a sua integração social;
- c) Facilitar o encaminhamento da pessoa com deficiência, sempre que possível, para programas adequados de integração sócio-profissional.”

Por várias razões consideramos que o serviço não funciona como deveria.

Par nós uma das razões fundamentais é porque é orientado por uma técnica que apresenta em nosso entender um desempenho débil, e uma dificuldade extraordinária em relacionar-se de forma pacífica e com fins terapêuticos com os residentes. É nitido o fraco desempenho profissional quando lhe é pedido um Projecto de actividades para o último semestre do Ano em curso, e a mesma apresenta duas folhas apenas de conteúdo muito vago e sem qualquer cariz de profissional. É de referir que isso está de algum modo explícito na mudança quase mensal do quadro de residentes que frequenta o Centro visto que o nível de conflitos Terapeuta/residentes é elevadíssimo. É frequente ver utentes completamente descompensados emocionalmente em crises de choro pelos conflitos no espaço do Centro de actividades.

Após termos sensibilizado a Direcção para estes factos que se foram revelando ao longo do tempo, a mesma não tomou qualquer atitude a não ser - de forma débil - a reprovação do Projecto de Actividades e pedindo que o próximo, para o Ano de 1999 fosse mais consistente.

No entanto outros aspectos do Decreto acima citado não são de nenhuma forma cumpridos e para o qual chamamos a vossa atenção.

PESSOAL:

Esta Instituição está perfeitamente descaracterizada em termos de funcionamento no que diz respeito a pessoal por ter um quadro extremamente pesado, que não funciona essencialmente na área do atendimento aos residentes (situação que já atrás descrevemos).

Tem-se tentado inverter esta situação através de sensibilização já que foram feitas logo no início da nossa prestação de serviço, 2 reuniões com os funcionários alertando-os para o facto de que estão a lidar com deficientes que necessitam de cuidados personalizados e diários e que dependem totalmente nas mais pequenas actividades de outros. Alertaram-se também para o cumprimento das regras pela via do diálogo e pela via da documentação como notas de serviço, comunicações internas e t.c.

Obtiveram-se alguns resultados positivos nos 3 primeiros meses; nos restantes e até à data, voltou a imperar pela falta de atitude da Direcção, a desorganização tendo enveredado por caminhos in sinuosos de desrespeito para connosco, sempre com a protecção do elemento da Direcção "Todo Poderoso". Os insubordinados continuaram (e ainda o fazem até à data) a "passear" a seu belo prazer, na Instituição, ofendem e desobedecem sem nada lhes acontecer.

O que fizemos?

Actuamos como a lei prevê, através da chamada de atenção oral; como não éramos atendidos, seguimos pela informação à Direcção para que procedesse em consonância com os factos, pois os mesmos são de gravíssima importância. E aqui, continuou a Direcção, ou a perder os documentos, ou propositadamente a devolver-los por falta de detalhes com o intuito de ganhar tempo e prescrever ou diluir os factos apontados.

Outros aspectos vários como instalações do Lar sua manutenção e obras

Como em tudo na vida, há que formatar as pessoas para as respectivas funções sejam elas pela via do voluntariado ou profissionalismo. Neste caso é bem necessário, pois a continuidade pode levar esta Instituição a uma perfeita rotura de dinheiros entre os quais os oriundos da Segurança social que servem no momento para o total da gestão necessária a pagamento de pessoal, alimentação, luz, gaz, água. Por nunca haver uma preocupação pormenorizada em termos de orçamento e plano de actividades, não há fundo monetário para fazer face àquilo que o residente também deveria Ter “uma vida digna, social, cultural, recreativa no lar e restante sociedade”. Contudo tentamos que a Direcção desse “luz verde” para em Outubro/98 se ter minimamente estudado o plano de Actividade e orçamento para o Ano 1999, para assim suprir a escassez de verba existente e nos socorrermos dos organismos ou entidades vocacionadas para tal, subsídios eventuais para a execução de acções como atrás citamos.

Desde Junho, foi agora aprovado o documento apresentado, obtendo nós como resposta que toda a Direcção estava de acordo com tudo aquilo num perfeito vazío de conhecimento das realidades e de forma a que nos leva a supor que era apenas para executar teoricamente e não na prática.

Isto é de uma enorme gravidade já que há despesas imprevistas em áreas como a da manutenção, do espaço e equipamento o que pelas características da Instituição, não são passíveis de adiamento. Todos temos presente o custo de uma intervenção num edifício ou completo equipamento para resolução de um problema. Este edifício foi criado por uma perspectiva quase de hotelaria e não para Instituição de Deficientes Motores essencialmente no que toca a prevenção. É todo em cimento, as escadas interiores de acesso sem qualquer rampa, elevadores eléctricos de caríssima assistência anual; em caso de incêndio ou falta prolongada de electricidade, os residentes do 1º piso, não têm hipótese de se deslocar e o que é mais grave, a Direcção há 12 anos que diz que é urgente fazer esta obra no entanto, nunca se preocuparam em fazer ou arranjar forma de ser resolvido o problema. Nestes 8 meses, desbloquearam de alguma forma o processo de início da construção da rampa exterior e de verificação da interior. Todos os que nos visitam e entendem minimamente a problemática dos deficientes, são unânimes em considerar o edifício “ um barril de pólvora pronto a explodir” a qualquer momento. Para que a nós não fossem imputadas responsabilidades e para se começar a resolver o problema uma vez por todas , esclarecemos a situação através da comunicação social às entidades competentes, mas na perspectiva da solidariedade para que a obra pudesse ser feita com o apoio de entidades públicas ou privadas, sempre com o conhecimento da Direcção. Após o acto consumado foi o “ai Jesus” pelo facto de se ter falado na comunicação social de tudo em geral e onde se referiu que em vários aspectos, a Instituição estava estagnada no tempo. No entanto têm reconhecido a degradação acelerada do edifício. Actualmente este aspecto pode por em risco muita coisa como seja:

O telhado tem zonas permeáveis, canalizações no interior das paredes, em estado de rotura e com fugas internas e começando a reparar implica gastos enormes. Sobre este aspecto é de referir o pormenor de que numa das casas de banho gerais, caiu o próprio suporte da lâmpada da mesma, por destruição do tecto pela humidade. Outro aspecto é

o das condutas da cozinha que têm estado a ser renovadas, mas quando a "fractura" se dá, todas as infra-estruturas do piso de baixo se inundam e as condutas do exterior do edifício (esgotos, águas e.t.c.) estão completamente obsoletas e foram construídas de forma perfeitamente errada – frágeis e com espaços onde cabe uma criança de 3 a 6 anos.

No caso da instalação eléctrica, ninguém sabe onde começa e acaba o risco – avaliação feita por técnicos da especialidade – Todo o aquecimento embutido nas paredes, já não funciona. Este assunto tem feito parte de todas as nossas reuniões com a Direcção, sempre na tentativa de sensibilizar para uma efectiva rentabilização dos dinheiros para a curto prazo eliminarmos todos os potenciais factores de risco. Mas como a Direcção não vive nem convive nas instalações do lar, estão os residentes do mesmo "à mercê de Deus". Nada melhor para demonstrar de que esta Direcção veve de imagem, focamos este exemplo:

- A Câmara Municipal de Cascais deu no Ano de 1997 – 5000 000\$00 (cinco milhões de escudos) para fazer face a estes problemas já enunciados e verificados através de visita às instalações do Sr. Presidente.

No entanto, nada melhor para os aplicar do que na pintura exterior de uma ala do edifício que custou a módica quantia de 1700 000\$00 (um milhão e setecentos mil escudos). O dinheiro serviu ainda para (servindo interesses familiares) substituir as placas e o sistema de aquecimento solar. Queremos melhor imagem para o exterior (fachada) depois de tudo o que já foi citado?

Mesmo no exterior do edifício, os espaços são ajardinados mas foram feitos para manter só aparência; não foram feitos com a intenção de que os deficientes permanecessem neles ou pudessem usufruir deles. No total de cerca de 90% é térreo ou espaço verde sem qualquer regra; o resto é pedra de calçada portuguesa, que torna bastante inacessível a circulação das cadeiras de rodas, provocando graves problemas de coluna a quem já os tem. Sobre este assunto, convidamos várias vezes o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carcavelos a visitar-nos com a perspectiva de que a Junta colabora-se para beta minar esses espaços. Da parte da Direcção e pós já se ter acordado o assunto em reunião, mais uma vez voltou com a opinião atrás (de referir mais uma vez que até Junho, todas as nossas propostas eram credíveis e aceites).

Estes aspectos focados significa que tudo temos feito para minorar custos, mantendo o máximo de qualidade possível aos residentes do lar, assim como tínhamos muitos outros projectos para pôr em vigor. É o caso de um projecto que pedimos ao Fundo Social Europeu ao qual recorremos com subsídios a fundo perdido e que foi aprovado para este lar ser contemplado, em várias áreas como a criação de postos de trabalho, e investimento a vários níveis. No entanto, agora que o processo de candidatura está pronto, a Direcção decide demitir-nos das nossas funções, sem qualquer justificação. Porquê? É que esse subsídio ronda os 50 000 000\$00. Será para a continuidade do que está? Não sabemos. Em última análise concluímos que a nossa presença assusta e perturba por se batermos pelos direitos dos deficientes. Já que os nossos antecessores – como já referir no cargo de Directoras, cerca de 5 no espaço de 2 Anos – calaram-se a todas estas situações, nós não conseguimos uma vez que pensamos ir contra todos os princípios éticos e de dignidade o respeito de individuo para individuo que estão consagrados na lei.

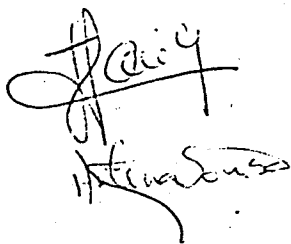
Mais uma vez pedimos às entidades competentes uma intervenção que consideramos actualmente de prioridade máxima. Estão em causa vidas humanas, que sofrem esta situação há muitos Anos apenas porque são deficientes e não têm outro local para onde

ir. Por esse motivo, contam – com muito medo e até mesmo pavor e em voz baixa – das represálias e sanções que foram sofrendo ao longo dos anos, com muita ameaças veladas até mesmo de expulsão principalmente aqueles que publicamente manifestam o seu apoio e concordância com estes valores. Perante isso, vivem sob o sentimento do medo constante (apesar de adultos) mas estão cansados de tanta instabilidade e incerteza. Afinal ser deficiente é apenas ser diferente

Acreditamos num Estado de Direito. Acreditamos que os deficientes regra geral têm direito a uma vida digna no seio da família, num lar ou outro local onde os seus interesses sejam o fundamental. Foram estes aspectos que para além das funções que desempenhamos, nos fizeram dizer **ISTO NÃO PODE CONTINUAR**. Não temos com isto qualquer ideia de revanchismo ou vingança mas sim de transparência para com os deficientes. Foi porque acreditamos no Estado Português que tem leis dentro das quais o Decreto Lei 119/ 83 de 25 de Fevereiro que define bem no seu artigo 5º. como deve funcionar uma I.P.S.S. que tomamos esta atitude. Estes aspectos não têm sido tidos em conta, nem têm tido qualquer relevo neste lar. Têm vigorado precisamente os aspectos contrários. Para que isso não mais aconteça e no espírito desse mesmo Decreto – Lei vamos solicitar ao Ministério Público que intervenha rapidamente com base na Secção III do mesmo Decreto e que vai do Artigo 32 ao 39 para que se faça justiça.

Apelamos também para os órgãos e Entidades da Administração Pública, com poderes de intervenção, que o façam, em nome da transparência, da legalidade e dos direitos humanos que os deficientes têm, pois o medo e a ameaça para além de estar instalado, e pela indiferença da Direcção aos factos, vai permanecer senão agudizar-se;

- Aos desmentimentos gratuitos, nós respondemos com a frontalidade;
- Ao desprezo e desrespeito pela vontade dos residentes, nós respondemos com a inércia dos factos;
- À continuidade, nós dizemos BASTA.


H. Sousa